

Experimentos de etnografia coletiva: perspectivas para uma antropologia extramuros

Experiments in Collective Ethnography: Perspectives for an Anthropology Beyond the Walls

Enrico Spaggiari

Universidade de São Paulo, USP

São Paulo, Brasil,

enricospaggiari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7078-3827>

Mariana Hangai Vaz Guimarães Nogueira

Universidade de São Paulo, USP

São Paulo, Brasil,

mari.hangai@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6717-5388>,

Rodrigo Valentim Chiquetto

Universidade de São Paulo, USP

São Paulo, Brasil

chiquetto.rodrigo@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-4728-3704>

Yuri Bassichetto Tambucci

Universidade de São Paulo, USP

São Paulo, Brasil

yuribt@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2356-5624>

Recebido em: 01 de abril de 2025

Aceito em: 08 de junho de 2025

Resumo:

O ambiente universitário é o locus privilegiado para a produção antropológica e para formação e renovação do quadro de profissionais, pesquisadores e pesquisadoras no Brasil. Contudo, o fazer antropológico não se restringe às trajetórias estritamente acadêmicas, pois não são os espaços de atuação que definem o ofício antropológico, mas sim o modo como o conhecimento é produzido. Este artigo se propõe a abordar, a partir de alguns experimentos de etnografias coletivas e compartilhadas, como o saber antropológico pode ser acionado em projetos realizados fora dos limites das universidades, a partir das demandas de diferentes grupos e entidades. O objetivo é discutir mais as estratégias e desafios do processo de construção dessa pesquisas, com diversas particularidades e diferentes desenhos metodológicos, e menos os resultados de cada uma delas.

Palavras-chave: Antropologia; Metodologia; Etnografia coletiva; Experimentos; Pesquisa extramuros.

Abstract:

The university environment is the privileged locus for anthropological production and for the training and renewal of professionals and researchers in Brazil. However, anthropological practice is not restricted to strictly academic trajectories, as it is not the spaces of activity that define the anthropological craft, but rather the way in which knowledge is produced. Based on some experiments in collective and shared ethnographies, this article aims to discuss how anthropological knowledge can be mobilised in projects carried out outside the university boundaries, driven by the demands of different groups and organisations. The objective is to discuss more the strategies and challenges of the process of constructing these research projects, with their various particularities and different methodological designs, and less the results of each one of them.

Keywords: Anthropology; Methodology; Collective ethnography; Experiments; Research beyond the university.

Introdução

Para a Antropologia, o ambiente universitário é o *locus* privilegiado para a formação dos seus profissionais e exercício das respectivas atividades. A tradicional carreira acadêmica nas universidades ainda é uma dimensão fundamental do ofício, responsável pela produção e renovação do quadro de cientistas sociais, antropólogos e antropólogas. Contudo, o fazer antropológico não se restringe às trajetórias estritamente acadêmicas. Por isso, é fundamental pensar sobre como, atualmente, esse saber é aplicado em projetos, ações e pesquisas realizados em outros espaços, no que se tem chamado de *antropologia extramuros* (Silva, 2008).

O tema tem sido objeto de reflexão nos espaços, atividades e grupos de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), bem como em algumas universidades do país. Porém, como apontou Simoni Guedes (2010), subsiste ainda desconhecimento em relação às tarefas e objetivos que envolvem uma produção antropológica marcada por domínios particulares, interesses específicos e tensões no diálogo entre antropólogos e profissionais de outras áreas.

(...) a sociedade desconhece o que fazem os antropólogos, sejam de ONGs, sejam da academia, enquanto isso perdurar continuaremos sendo especialistas na “diversidade” e, enquanto formadores de futuros antropólogos, realimentando um circuito de ilusão que pode representar a séria incompreensão de uma atividade que se quer arte, mas se comporta como uma profissão (Guedes, 2010: 96).

Profissionais do ramo da antropologia têm tido uma atuação extramuros há décadas no Brasil, apesar da pouca visibilidade. Desde os anos 1970, observa-se uma gradativa e variada inserção em diversos campos, públicos e privados: instituições governamentais, terceiro setor, sindicatos, partidos políticos, pesquisas de mercado entre outras áreas.

A experiência *extramuros* traz novos desafios pois faz com que antropólogos e antropólogas participem de espaços institucionais com equipes multidisciplinares, dialogando com pessoas de diferentes especialidades, com outras visões e repertórios técnicos como juízes, procuradores, políticos, militantes, educadores e jornalistas. Isso exige um constante e difícil exercício de tradução de termos e conceitos para léxicos próprios desses setores. Esse contato, por outro lado, abre um campo de profissionalização além da previsível carreira docente: podem atuar como assessores e consultores elaborando laudos periciais, análises técnicas, relatórios de impacto ambiental. Outra área de atuação é a de projetos patrimoniais de conservação, preservação e salvaguarda de bens culturais materiais e imateriais, principalmente de populações tradicionais e grupos minoritários em condição de maior vulnerabilidade.

Essas diferentes formas de atuação convivem com críticas, muitas oriundas do próprio universo

acadêmico, de um uso instrumental e simplificador da Antropologia e de seus procedimentos metodológicos.¹ De forma velada, há certas diferenciações e hierarquias entre aqueles que produzem dentro das universidades e os profissionais sem vínculos com o ensino superior. No entanto, como lembra Carla Teixeira (2018: 224), não se trata de uma divisão fixa: “a fronteira entre os antropólogos intra e extramuros da academia é muito mais permeável do que tal denominação parece sugerir”. A despeito das diferenças entre as pesquisas feitas por quem está inserido nas universidades e a produção daqueles que atuam em espaços não acadêmicos, é possível observar que muitas características do *métier* antropológico são compartilhadas entre estas esferas. Além disso, há uma circulação de profissionais pelos dois domínios, mesmo que de forma pontual.

Portanto, não são os espaços de atuação que definem o ofício antropológico, mas sim o modo como o conhecimento é produzido. Quais interesses procura-se atender, para que servirão, a quem a pesquisa beneficiará ou mesmo quem será impactado? Como é estabelecida a relação de confiança com os interlocutores em campo? Quais são as relações de poder que permeiam essas etnografias? Essas questões são essenciais para compreender o fazer antropológico fora dos domínios canônicos da academia.

Afinal, são trabalhos e pesquisas que procuram chegar a interpretações, produzir descrições e oferecer explicações por meio de um quadro complexo de informações, coletadas através de observação, conversas, entrevistas, reconstituição de trajetórias (individuais e coletivas), genealogias de parentesco. Assim, buscando conexões e elementos contextuais em meio a convergências e divergências, regularidades e contradições, a prática *extramuros* almeja uma produção tão antropológica quanto a realizada no ambiente acadêmico, porém com certas particularidades: interpretações e explicações são produzidas sob demandas para contextos muito específicos e para leitores com formações e interesses variados. Deste modo, é fundamental ter uma visão crítica e ampla sobre as circunstâncias do ofício antropológico realizado fora do mundo acadêmico tendo em vista os efeitos do conhecimento produzido em diferentes situações etnográficas.

Este artigo² se propõe a abordar algumas pesquisas e experimentos metodológicos recentes que oferecem um olhar mais detido para as demandas e formas de intervenção social que vêm de fora dos limites de nossas universidades. Foram todas experiências de *etnografia coletiva*, porém com

¹ De fato, existem inúmeros exemplos de pessoas que, mesmo sem expertise antropológica e reconhecimento como profissionais da área, acionam este conhecimento em empresas de consultoria, pesquisas de mercado e em projetos para o poder público. O reconhecimento formal do campo de atuação e a abertura de um mercado de trabalho extramuros das universidades apontam para a urgência da regulamentação da profissão no Brasil. O estabelecimento de um marco regulatório por um conselho profissional ajudaria a mitigar problemas relacionados ao exercício indevido da profissão por pessoas sem formação ou qualificação comprovada na disciplina.

² Trata-se de uma síntese de algumas reflexões e pesquisas abordadas, de forma mais detida, pelos/as autores/as no livro “Etnografias Urbanas: quando o campo é a cidade” (Magnani et al, 2023).

diversas particularidades e diferentes desenhos metodológicos, pois o exercício de transpor uma metodologia de uma disciplina reconhecida por sua vocação acadêmica para um cenário *extramuros* exige repensar as estratégias de abordagem etnográfica. Iniciaremos com um breve levantamento sobre antecedentes de pesquisas coletivas e compartilhadas no campo antropológico, para, em seguida, apresentar algumas experiências realizadas fora do ambiente acadêmico com o objetivo de atender a demandas de diferentes grupos e entidades, enfocando mais as estratégias e desafios do processo de construção das pesquisas e menos os resultados de cada uma delas.

Etnografias coletivas: alguns antecedentes

A imagem clássica do trabalho de campo antropológico é a do pesquisador solitário, imerso em sua pesquisa durante longos períodos, em interação cotidiana e direta com seus interlocutores (Malinowski, 1978).³ Mesmo assumindo em seus agradecimentos que a etnografia “exige que o pesquisador dependa da assistência e do auxílio de outros”, Malinowski demonstra que essa modalidade de pesquisa deve ser desenvolvida, sobretudo, por um indivíduo dotado dos conhecimentos científicos e treinado na coleta dos dados de campo — os quais devem ser apresentados “de maneira clara e absolutamente honesta”. O modelo do etnógrafo solitário em meio a uma comunidade longínqua foi, de fato, aquele que acabou por se tornar o paradigma da antropologia.⁴

Mas isso não quer dizer que não tenha havido experiências coletivas significativas no campo antropológico. Por mais que estejam ocultas por detrás das grandes descrições etnográficas individuais da escola culturalista, as pioneiras incursões a campo coletivas realizadas por Franz Boas e seu grupo de pesquisadores foram, como descrevem Thomas Eriksen e Finn Nielsen (2007), de suma importância para o desenvolvimento e estabelecimento da antropologia norte-americana:

³ A famosa abertura da etnografia de Bronislaw Malinowski em seu clássico livro “Argonautas do Pacífico Ocidental” fornece bem o tom do estado de espírito inicial do etnógrafo: “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco — negociante ou missionário —, você nada tem para fazer a não ser iniciar seu trabalho etnográfico de imediato. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que possa auxiliá-lo — pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Trata-se da descrição exata de minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné”. (Malinowski, 1978: 19)

⁴ Mesmo no campo da antropologia urbana, na falta de um “povo”, o que se verifica é o estudo de um “grupo”: foram os jovens imigrantes italianos descritos por William Foote Whyte (2005).

O trabalho de campo realizado por Boas era em geral uma atividade de grupo, não pressupondo um indivíduo sozinho sujeito a uma “imersão” contínua e prolongada no campo. A permanência no local era quase sempre curta. Normalmente ela era prolongada em outro sentido, porém, ou seja, no sentido de que as idas a campo eram repetidas muitas vezes ao longo dos anos, ocasionalmente envolvendo pessoas diferentes, todas atuando no mesmo projeto. Essa estratégia metodológica talvez fosse perfeitamente natural, visto que, nos Estados Unidos, “o campo” estava próximo e não do outro lado do globo, como na Inglaterra. (Eriksen; Nielsen, 2007: 53)

Embora mais reconhecida pela preocupação teórica e menos por suas iniciativas etnográficas, a antropologia francesa da primeira metade do século XX também traz exemplos importantes de pesquisas coletivas e compartilhadas. Como aponta James Clifford (2002), apesar de ser um antropólogo mais dedicado às análises “de gabinete”, Marcel Mauss não somente estimulava a pesquisa de campo como também realizava cursos sobre técnicas etnográficas, com especial interesse na realização de pesquisas coletivas, uma vez que a observação individual poderia levar a relatos subjetivos e com menor riqueza de detalhes. Para Mauss, a etnografia tinha de ser um exercício de coleta de informações produzida por profissionais treinados que evitariam divagações e explanações teóricas, concentrados primeiramente na coleta de documentos de variadas fontes, bem como no registro dos fatos sociais observados. Por isso, quanto mais observadores, maior seria a riqueza do conteúdo coletado, o que viabilizaria, àquele que se debruçasse sobre todos esses dados, uma visão mais completa e rica do que estava sendo descrito e analisado.

Inspirado nas ideias de Mauss acerca do fazer etnográfico, Marcel Griaule organizou, nos anos 1930 e 1940, algumas expedições etnográficas, as chamadas “missões francesas”: longas viagens pelo no continente africano,⁵ atravessando o território de leste a oeste, com “propostas de campo intensivo”, em contato principalmente com o povo Dogon em busca de informações, documentos, objetos, imagens, relatos e histórias, inclusive realizando coleta para museus.⁶ “Mais que apenas explicações ou teorias nativas, estes compêndios extraordinários apresentam-se como coerentes artes de viver, paisagens sociomíticas da fisiologia e da personalidade, redes simbólicas encarnadas numa infinidade de detalhes do dia a dia” (Clifford, 2002: 181-182).

Para Griaule, a principal potência da etnografia coletiva estava no fato de que, através de muitos olhares, seria possível captar uma versão mais ampla da totalidade observada, algo que, no caso do etnógrafo clássico — o observador solitário — acabaria tomando um caráter por demais impressionista e limitado — principalmente quando o objeto de observação era um ritual de grandes proporções, com muitos participantes, com muitos eventos ocorrendo simultaneamente (Clifford, 2002: 198). O trabalho em equipe para os antropólogos das missões francesas teria como objetivo, a

⁵ O etnógrafo e seu grupo estiveram no Sudão, na Etiópia, em Camarões, no Chade e em outros países da África colonizada pelos franceses, identificando três territórios culturais na África Subsaariana: “o Sudão Ocidental, a África Bantu e uma zona intermediária nos Camarões e no Chade.”

⁶ As expedições contavam com patrocínio de instituições francesas e americanas, entre elas a Fundação Rockefeller.

partir da variedade de etnógrafos treinados e reunidos tal qual “uma unidade tática de pesquisa”, não somente compreender a pluralidade de discursos e experiências envolvidos nos rituais retratados, como também descortinar as “verdades” implícitas naquelas manifestações culturais, inclusive captando “mentiras” e “dissimulações”.⁷

Contudo as “missões francesas” também foram alvo de críticas pois, para além de sua conotação colonial (Leiris, 2011), as pesquisas desenvolvidas nesses contextos caracterizaram-se como atividades de muita intensidade e curta duração. Por isso, alguns mandamentos básicos da *observação participante* não puderam se realizar. Mesmo que houvesse uma rica coleta de dados sobre a região, bem como de objetos para museus, o grupo de etnógrafos de Griaule tinha sempre de lançar mão de tradutores e de poucos informantes interessados em repassar seu conhecimento o que os fizeram “essencializar padrões culturais tradicionais e reprimir o papel da invenção individual na elaboração dos mitos dogon” (Hountondji, 1975, apud Clifford, 2002: 183). Dessa forma, pouca voz teria sido dada “ao lado ‘indígena’ da história”, levando à constatação de que “nosso conhecimento sobre as influências dogon no processo etnográfico permanece fragmentário” (Clifford, 2002: 184).⁸

No Brasil, diversas expedições etnográficas foram realizadas desde o fim do século 19, quando o objetivo principal era coletar materiais a serem catalogados e exibidos em universidades e museus, como as viagens de etnólogos alemães entre 1884 e 1928 para estudar os povos indígenas em territórios brasileiros (Petscheli, 2019). Essas e outras iniciativas foram decisivas na história das Ciências Sociais — e especificamente da Antropologia — no Brasil, contribuindo de algum modo para o início da disciplina no país e para o processo de institucionalização universitária da disciplina. Dentre elas, cabe destacar os *estudos de comunidade* entre as décadas de 1940 e 1960, especialmente dois projetos de pesquisa coletiva: o “Projeto do Vale do São Francisco”, e o “Projeto Columbia University — Estado da Bahia”, coordenados respectivamente por Donald Pierson e Charles Wagley.⁹

A despeito de suas singularidades, as duas iniciativas são reconhecidas pela ênfase objetiva e empírica, com base em observação, entrevistas e descrições minuciosas sobre a constituição da vida social e da cultura tradicional de comunidades do interior. Fazendo frente, deste modo, ao incipiente

⁷ Essas características diferenciam — e muito — a etnografia realizada por Griaule das experiências de etnografia coletiva e compartilhada que serão abordadas ao longo deste artigo, pois estas não buscavam uma coleta de dados supostamente objetivos da realidade ou a descrição de uma “verdade” incontestável, aproximando-se assim das propostas de uma antropologia contemporânea, que entende a etnografia como algo da ordem da experiência, do contato e da interpretação.

⁸ Conhecido pelas críticas às etnografias modernas, James Clifford adota contudo uma postura mais amena com Griaule e seus parceiros, reconhecendo que, apesar de tudo, seus textos não deixam de revelar “uma verdade dogon, uma verdade complexa, negociada e historicamente contingente, específica de certas relações de produção textual” (2002: 185).

⁹ Realizados, em sua maioria, por docentes e estudantes ligados à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de professores e pesquisadores estrangeiros vinculados a duas importantes e tradicionais escolas de sociologia dos EUA: Escola de Chicago e Universidade de Columbia.

processo de mudança na estrutura econômica e sociocultural nacional decorrente da modernização e industrialização do país e contrastando, assim, com um cenário intelectual então dominado pelas produções de caráter ensaístico. As duas pesquisas coletivas de caráter etnográfico foram realizadas em diversos estados brasileiros (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas), com equipes compostas de pesquisadoras e pesquisadores norte-americanos, bem como por jovens professores e estudantes de instituições de ensino brasileiras.¹⁰ Portanto, os estudos de comunidade contribuíram para a formação teórica e empírica das primeiras gerações de cientistas sociais nos cursos de graduação e pós-graduação do país, inclusive com treinamentos em investigações de campo.

O impacto dos estudos de comunidade pode ser percebido, a partir da década de 1970, na constituição de um dos campos de especialização acadêmica, a Antropologia Urbana, que se voltou principalmente para as periferias de contextos urbanos que se expandiram em termos espaciais e demográficos em um momento de renovação de paradigmas e perspectivas no cenário institucional e acadêmico,¹¹ bem como de transformações na conjuntura política das grandes cidades brasileiras, em que diversos atores sociais passaram a ser encarados como importantes sujeitos políticos (Durham, 1986).

Em São Paulo, o Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU-USP), desde sua formação em 1988, estimulou a dimensão coletiva do fazer antropológico que trouxeram novas possibilidades à prática etnográfica. A dedicação ao estudo das práticas culturais e formas de sociabilidade na metrópole, caracterizada por sua extensão e diversidade, possibilitou explorar novas estratégias de pesquisa que se distanciaram, em maior ou menor grau, do modelo de etnografia solitária comumente realizada no meio acadêmico. Esses experimentos envolviam desde experiências pontuais de incursões e caminhadas coletivas até projetos de maior complexidade que envolviam um grupo de pesquisadores em campo compartilhando olhares e relatos e, posteriormente, a análise e a escrita.

O primeiro projeto, “Os Pedacos da Cidade”,¹² iniciado logo após a criação do núcleo e que

¹⁰ Como descreve o próprio Donald Pierson: “(...) ao invés de jovens pesquisadores receberem diretamente minha orientação e supervisão, eles pesquisavam, como membros de turmas de pesquisadores, cada turma sob a supervisão de um jovem pesquisador já mais preparado e experiente, incluindo “assistentes” e jovens professores, e todos sob a minha orientação e supervisão gerais”. (Pierson apud Corrêa, 1987:46).

¹¹ Cabe destacar as pesquisas e orientações das antropólogas Eunice Durham e Ruth Cardoso, cujas atuações foram importantes para o fortalecimento de uma antropologia dedicada a novos enfoques, investigações e reflexões teórico-metodológicas no contexto urbano ao trazer para o centro do debate o que estava, em termos acadêmicos, invisibilizado naqueles tempos autoritários e desenvolvimentistas: migrações, movimentos sociais urbanos e periféricos, tempo livre e modos de vida das classes populares.

¹² Pesquisa realizada entre 1989 e 1990 na cidade de São Paulo, com apoio do CNPq e a participação dos integrantes do Núcleo de Antropologia Urbana tanto na fase de coleta de dados como nas discussões que se seguiram às idas a campo. Em diferentes momentos e com graus de envolvimento também diferentes, dela participaram: Heitor Frúgoli, Vagner Gonçalves da Silva, Rita de Cássia Amaral, Alexandre Barbosa Pereira, Lilian de Lucca Torres, Heloísa Buarque de Almeida, Luiz Henrique Toledo, Liliana Souza e Silva, Daysi Perelmutter, Yara Schereiber, Letícia Vidor, Yara Cunha

reuniu 19 pesquisadores(as), contou com idas a campo em grupos, bem como discussões coletivas posteriores, com o intuito de testar se a categoria *pedaço* (Magnani, 1984), descoberta na periferia, também era aplicável à região central da cidade. A questão que se colocava era como se estabeleciam as redes de sociabilidade nesse contexto marcado, à primeira vista, pelo anonimato e impessoalidade, e no qual não estavam presentes as relações de vizinhança na dinâmica dos bairros periféricos. Ao final, a categoria *pedaço* não somente se mostrou aplicável àquele contexto como ganhou novos contornos, assim como novas categorias — *mancha*, *trajeto*, *circuito* e *pórtico* — que se consolidaram a partir da necessidade de explicar as dinâmicas presentes na região central (Magnani; Torres, 1996).

Desde então, o LabNAU desenvolveu uma série de projetos que, de formas diferentes, também apresentavam estratégias coletivas de pesquisa, porém dedicados a linhas de pesquisa com temáticas diversas: estudo das cidades e das práticas culturais; juventudes; religiosidades urbanas; migrações; etnologia urbana; ciberespaço; museus; cemitérios; corpo e cidade, entre outros.¹³ Além de projetos maiores, também ocorreram, por iniciativa de membros do núcleo, experiências coletivas pontuais para acompanhar eventos e situações do cotidiano da metrópole. Esses exercícios tinham o formato de incursões etnográficas coletivas, de caráter exploratório, com o compartilhamento de relatos, mas sem pretensão de se fazer uma descrição exaustiva.¹⁴ Os experimentos e estratégias de pesquisa coletiva foram sendo desenvolvidos ao longo de toda a trajetória do LabNAU. Contudo, foi a partir de duas experiências emblemáticas que o modelo de etnografia coletiva passou a ter uma fundamentação e contornos mais definidos.

Em 2007, um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo (USP) se envolveu em um exercício didático de etnografia coletiva, realizado no contexto da ocupação da reitoria da universidade. A ocupação, iniciada como uma resposta à falta de diálogo da administração com os estudantes, transformou-se em um centro de resistência política. Durante 51 dias, os estudantes se mobilizaram intensamente, inspirando outras ocupações de reitorias em universidades públicas do

Oliva, Alexandre Leone, Wilson Rizzo, Domingos Leôncio da Silva, Elena Grosbaum, Daniel Annenberg, André Luiz de Alcântara, James de Abreu.

¹³ Dentre essas experiências, destacam-se aqui alguns projetos desenvolvidos no núcleo. Na primeira década dos anos 2000, o grupo temático NAU Jovem realizou uma série de etnografias sobre comportamentos e práticas de jovens na cidade de São Paulo, com foco em sua inserção na paisagem urbana (Magnani; Souza, 2007). Também nesse período, outro grupo se dedicou — a convite de linguistas e historiadores da USP — ao estudo da comunidade surda de São Paulo e de sua rede de sociabilidade.

¹⁴ É o caso das incursões realizadas na Virada Cultural, na qual um grupo de pesquisadores percorria as diferentes atividades culturais na região central de São Paulo durante um final de semana, observando a participação do público, a ocupação e os usos dos espaços; e das incursões aos cemitérios da capital paulistana no Dia de Finados, promovidas inicialmente na disciplina “Práticas Culturais em Contexto Urbano”, no curso de Ciências Sociais da FFLCH. Estas incursões, que ocorriam de forma pontual uma vez por ano, inspiraram, no ano de 2018, a criação de um novo grupo de pesquisa dentro do LabNAU, com oito pesquisadores(as) dedicados(as) a etnografias do circuito de cemitérios de São Paulo e participação de pesquisadores em Moçambique e Chicago.

Brasil. Nesse cenário, cerca de 40 alunos do primeiro ano de Ciências Sociais realizaram um trabalho de campo, observando e participando da ocupação, com o objetivo de entender suas dinâmicas e os atores sociais envolvidos, sob a orientação do professor José Guilherme Cantor Magnani. O exercício foi uma etnografia exploratória e coletiva, onde os alunos, munidos de cadernos de campo e conhecimentos iniciais de Antropologia, compartilharam suas observações sobre a vida cotidiana dos ocupantes, a organização interna, as alianças e conflitos entre grupos políticos, e as intervenções artísticas que representavam a mobilização. O trabalho culminou na elaboração de um relatório, que descrevia detalhadamente esses aspectos da ocupação e refletia sobre como esse espaço tornou-se um laboratório de novas formas de organização e transformação de rotinas, ao mesmo tempo que influenciava o debate público sobre os objetivos e métodos do movimento.

No ano seguinte, em outro projeto, o LabNAU foi convidado a integrar um projeto de cooperação acadêmica com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o objetivo de estudar coletivos indígenas em Manaus e entender a interação desses grupos com o ambiente urbano. A pesquisa buscou analisar como os indígenas, especialmente os Sateré-Mawé, se apropriavam da cidade usando as categorias da antropologia urbana, como "pedaço", "circuito" e "mancha". A equipe de pesquisadores, composta principalmente por alunos de graduação e pós-graduação,¹⁵ visitou diversas comunidades indígenas na cidade e em áreas rurais, observando as práticas cotidianas, os rituais e a mobilidade desses grupos, que se conectavam através de laços de parentesco e se deslocavam constantemente por Manaus e outras cidades. Em 2012, a equipe do LabNAU¹⁶ foi convidada a participar de uma nova pesquisa em parceria com geógrafos da UFAM, focada nas cidades médias ao longo do rio Solimões. A pesquisa, que envolveu visitas a seis cidades amazônicas, utilizou o método de expedição etnográfica, com caminhadas intensivas pela cidade e participação em eventos locais. A partir dessas expedições, foram estabelecidos eixos de observação, como habitação, transporte, religiosidade e lazer, que orientaram as investigações e permitiram uma análise comparativa dos dados coletados nas diferentes cidades, aprofundando a compreensão sobre as especificidades urbanas e sociais da região amazônica.

A realização dessas pesquisas, embora não tenha resultado em publicações específicas, mostrou-se fundamental para que se iniciasse efetivamente, mais tarde, a elaboração de um protocolo

¹⁵ De janeiro de 2009 a outubro de 2012, a equipe do LabNAU realizou 13 viagens e expedições a campo, sendo 8 em equipes de três ou mais pesquisadores e 5 em duplas ou individualmente. Dentre os participantes estavam, além do coordenador José Guilherme C. Magnani, Ana Letícia de Fiori e José Agnello Alves Dias de Andrade (doutorado); Ana Luísa Sertã, Yuri Bassichetto Tambucci, Tiemi Kayamori Lobato da Costa e Rodrigo Valentim Chiquetto (mestrado); Flávia Fernandes Belletati (iniciação científica); Diana Paola Gomes Mateus e Letícia Yumi Shimoda (diretoras dos filmes memoriais sobre os Sateré-Mawé).

¹⁶ Para essa pesquisa, o LabNAU realizou uma parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB). A equipe de geógrafos parceiros foi coordenada pelo Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira e pela Prof. Dra. Tatiana Schor.

de pesquisa para a realização de outras experiências não acadêmicas de etnografia coletiva e compartilhada.

Pesquisas para além da academia

Ao longo das últimas três décadas, foram realizados diversos projetos de pesquisa coletiva no LabNAU-USP, com objetivos, estratégias e resultados distintos, sempre levando em conta uma proposta de experimentação, inclusive fora do contexto acadêmico. O aumento na demanda pelo conhecimento antropológico por parte de outras instâncias da sociedade — para além dos muros da universidade —, também possibilitou novos experimentos metodológicos e formatos de pesquisa que rompiam com o modelo predominante, no ambiente universitário do trabalho individual, como revelam as pesquisas ligadas a questões do patrimônio, coordenadas por José Guilherme Magnani e que contou com integrantes do núcleo.

O projeto “Santana de Parnaíba: memória e cotidiano”, realizada por uma equipe de quatro antropólogos(as),¹⁷ prestava uma consultoria para o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), em 1984 e tinha por objetivo diagnosticar as dinâmicas vivenciadas na cidade de Santana do Parnaíba (SP), que tem parte de seus bens arquitetônicos sob proteção de tombamento em nível estadual e federal. Naquele momento, as transformações vivenciadas pela pequena cidade da região metropolitana de São Paulo aprofundaram os contrastes e alteraram as dinâmicas e modos de vida de seus moradores. Este cenário era marcado por tensões e conflitos, inclusive com os técnicos do CONDEPHAAT, oferecendo dificuldades para a fiscalização e implementação de algumas medidas previstas pelas políticas de preservação. Nesse sentido, a pesquisa tinha como propósito oferecer subsídios para as ações daquela instituição, a partir do levantamento e interpretação das representações dos moradores acerca de suas tradições, sua cidade e da própria ação ali desenvolvida pelos órgãos de preservação.

Em 1994, uma equipe multidisciplinar, formada por antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos e biólogos, dentre eles três membros do LabNAU,¹⁸ realizou um estudo que amparou o processo de tombamento do Parque do Povo, localizado no bairro paulistano Itaim-Bibi e que reunia diversos campos de futebol de várzea. O parque - além de representar a manutenção de uma importante área verde da cidade - foi tombado principalmente por conta das práticas culturais que

¹⁷ Além de José Guilherme Magnani, a equipe contava com: Naira I. M. Morgado, Carmen Lúcia M. V. de Oliveira, Celina Kuniyosh. Conferir Magnani (2007).

¹⁸ Além da coordenação científica geral dos trabalhos permanecer a cargo do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, a equipe contou com a participação de Luiz Henrique de Toledo e Yara Schreiber. O estudo apresentou artigos especialmente elaborados para a finalidade: na área da antropologia, de autoria da Profa. Dra. Maria Lúcia Montes, e na área da História, do Prof. Dr. José Sebastião Witter. Conferir Magnani e Morgado (1996).

ocorriam em seu espaço, em especial, o futebol. A equipe de antropólogos(as) dedicou-se a identificar os frequentadores, seus comportamentos e os vínculos de sociabilidade que estabeleciam dentro do espaço do parque. Contudo, algum tempo depois, por mobilizações dos vizinhos incomodados com o estilo “periferia” dos frequentadores, o parque foi “requalificado” e o principal mote do tombamento foi descaracterizado, o que implicou o desaparecimento dos clubes que o frequentavam e da própria prática varzeana na região.

Além dos estudos na área do patrimônio, cabe destacar também o projeto “Expedição São Paulo — 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole”,¹⁹ realizado por ocasião do aniversário da cidade, em 2004, e que deveria subsidiar a constituição do Museu da Cidade de São Paulo.²⁰ A expedição reuniu trinta profissionais de diversas áreas — ciências sociais, história, arquitetura, artes, educação, etnomusicologia, museologia e arqueologia, psiquiatria — que, divididos em duas equipes, percorreram a capital paulista ao longo dos eixos norte/sul e leste/oeste, com o objetivo de entrar em contato com as formas de sociabilidade, religiosidade, de lazer e outras dinâmicas constitutivas da vida urbana de uma metrópole (Magnani, 2004). Embora não tivesse a pretensão de ser uma pesquisa etnográfica no sentido técnico do termo, nem tampouco fazer um registro exaustivo daquela paisagem, essa experiência pode ser considerada como um dos principais antecedentes das etnografias de caráter coletivo que posteriormente foram desenvolvidas no âmbito do LabNAU.

Todos estes experimentos, sejam eles acadêmicos ou extramuros, foram importantes na trajetória de construção de novas estratégias de pesquisa, mesmo que em seus resultados textuais não tenham se preocupado em elaborar uma reflexão mais detida sobre as questões metodológicas e seus desafios. O primeiro exercício de sistematização de um protocolo de etnografia coletiva, amparado nas experiências anteriores, foi a pesquisa sobre as unidades do Sesc (Serviço Social do Comércio) de São Paulo. Protocolo que viria a ser replicado e atualizado em outras experiências, por conta das particularidades das demandas e dos contextos de pesquisa. Serão abordados, a seguir, três experimentos metodológicos recentes, realizados por integrantes do LabNAU, que oferecem um olhar mais detido para certas demandas institucionais, sociais e políticas que vêm de fora dos limites

¹⁹ Essa experiência, que foi realizada com financiamento da Petrobras, patrocínio do Grupo Estado, apoio logístico da Secretaria Municipal de Cultura e do Instituto Florestan Fernandes, teve como inspiração a “Expedição São Paulo: refazendo os antigos caminhos de São Paulo”, realizada quase vinte anos antes, em 1985, coordenada pelo arquiteto Júlio Abe e contando com a participação de José Guilherme Cantor Magnani. Ao longo de uma semana, diversos profissionais — arquitetos, historiadores, ambientalistas, urbanistas, antropólogos — caminharam e seguiram os mesmos trajetos dos viajantes do século 19, comparando as imagens do “vazio oitocentista” registradas em fotos com a complexa e intensa trama urbana da mesma cidade cem anos depois. Apesar de não poder ser classificada como uma etnografia, a expedição, financiada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, trouxe primeiras pistas sobre a potência das caminhadas coletivas e seus desafios.

²⁰ O projeto foi coordenado por José Guilherme Cantor Magnani, Julio Abe Wakahara, Jupira Cauhy (Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes), Maria Cristina Oliveira Bruno (Secretaria Municipal da Cultura) e por Maria Ignez Mantovani Franco (Expomus — Exposições, Museus, Projetos Culturais). A expedição ainda mobilizou uma equipe de estudantes encarregados de coletar os dados encontrados e produzidos para integrar o acervo do futuro Museu da Cidade, que acabou não se consolidando por questões políticas.

das universidades.

Cultura e lazer no Sesc-SP

A pesquisa “Cultura e lazer: as práticas culturais dos frequentadores do Sesc em São Paulo” surgiu de uma demanda do próprio Sesc-SP para entender as motivações dos frequentadores em sua procura pelas atividades e serviços oferecidos nas diferentes unidades no estado de São Paulo, que estão presentes em diferentes contextos urbanos. O estudo foi realizado em duas etapas: a primeira em 2015, contemplando nove unidades do Sesc, sendo seis delas na capital, uma no interior, uma na grande São Paulo e uma no litoral e a segunda etapa em 2017, concentrada em cinco unidades do interior paulista.²¹

Por conta da complexidade do objeto de pesquisa e da limitação de tempo para realização do trabalho de campo - eram muitas unidades a serem estudadas, diversas questões para explorar e apenas uma semana para acompanhar a dinâmica de cada uma -, foi realizada uma etnografia coletiva.²² Cada uma das etapas do projeto contou com uma equipe de nove etnógrafos/as e a colaboração de funcionários/as do próprio Sesc, também engajados/as na pesquisa, que juntos realizavam observações, coletavam dados, compartilhavam olhares e relatos. Essa estratégia proporcionou uma multiplicidade de olhares e perspectivas a partir do repertório e características de cada pesquisador.²³

Para dar início ao estudo, realizou-se um “exercício piloto” no formato de uma *expedição etnográfica*²⁴ de uma semana de duração em uma unidade do Sesc. De modo exploratório, o exercício permitiu delinear alguns eixos temáticos que orientaram a observação ao longo de toda a pesquisa de

²¹ Entre 2015 e 2017, foram visitadas 14 unidades do SESC-SP: Santo Amaro, Itaquera, Santana, Consolação, Belenzinho, Pompéia; Santo André, Santos; Araraquara, Sorocaba, São José do Rio Preto, Taubaté, Presidente Prudente, Campinas.

²² A pesquisa foi realizada pelo Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana em conjunto com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), cada qual com suas perspectivas metodológicas distintas — o LabNAU/USP ficou responsável pela pesquisa de tipo etnográfico (abordagem qualitativa) e o CEDEC pela pesquisa do tipo survey (abordagem quantitativa).

²³ A pesquisa coordenada pelo Professor José Guilherme Cantor Magnani contou com a participação de Ana Luiza Mendes Borges; Ane Rocha e Danilo Cymrot (Sesc); Camila Iwasaki; Clara Azevedo; Enrico Spaggiari; Júlio César Talhari; Leslie Sandes; Lucas Lopes de Moraes; Mariana Hangai; Mariana Luiza Fiocco Machini; Michel de Paula Soares; Rodrigo Chiquetto; Rosenilton Silva de Oliveira; Samara Konno; Thiago Pereira dos Santos; Yuri Bassichetto Tambucci.

²⁴ A expedição etnográfica é um exercício estruturado, porém de caráter exploratório, que tem por objetivo o reconhecimento e imersão em um determinado contexto de estudo, a partir de um levantamento mais completo de dados sobre aquela realidade, apontando para regularidades e eixos de observação. As expedições, em geral, duram alguns dias — cerca de uma ou duas semanas. Um exemplo emblemático dessa estratégia metodológica é a “Expedição São Paulo — 450 anos”, já citada neste artigo. Há também casos em que a expedição é tida como uma etapa de uma pesquisa mais extensa, um momento de primeiro contato com o campo e de levantamento de eixos de observação que irão nortear o trabalho de campo posterior. Assim, a expedição se situa na intersecção do campo da *experiência* com o da *prática etnográfica* (Magnani, 2009). Ocorrem, aí, tanto aquelas primeiras e reveladoras impressões, quanto a observação mais estruturada e regular, que aponta para pistas e temas a serem abordados de modo mais aprofundado.

campo nas demais unidades.²⁵ O exercício piloto também foi fundamental para a elaboração de um protocolo metodológico a fim de garantir que a abordagem adotada pudesse ser a mesma em todas as unidades estudadas, considerando suas particularidades. O protocolo, estruturado em três etapas (pré-campo, trabalho de campo, pós-campo), visava adequar, em termos práticos e logísticos, a prática etnográfica para uma pesquisa coletiva de duração determinada, o que impunha alguns desafios, como otimizar o tempo e a presença dos pesquisadores em campo, mas principalmente assegurar um alinhamento da equipe, com trocas e compartilhamento de informações.

O momento que antecede o trabalho de campo, denominado “pré-campo”, é a primeira etapa do protocolo, dimensão fundamental da metodologia aplicada à pesquisa coletiva, pois cria estratégias que ampliam as potencialidades da prática etnográfica em um contexto de curta permanência em campo. A preparação para o trabalho de campo consiste em um levantamento de dados e material bibliográfico, nas mais diversas fontes (mapas, notícias, pesquisas, teses, artigos, projetos). Além disso, na pesquisa do Sesc, envolveu também o mapeamento da programação da unidade e organização de escala de trabalho dos pesquisadores em campo, assegurando que houvesse ao menos dois etnógrafos realizando observações desde o momento de sua abertura até seu fechamento. Tais procedimentos foram igualmente adotados para o mapeamento dos entornos, que além de inventariar os demais equipamentos de lazer e cultura próximos às unidades, levou em consideração a rotina de locomoção e os caminhos realizados pelos frequentadores até o Sesc.

Dessa forma, buscava-se estabelecer um quadro panorâmico das características de cada unidade, permitindo que a equipe pudesse se familiarizar previamente com sua história, rotina e entorno, além de definir as estratégias etnográficas preliminares de observação, algumas delas específicas para cada contexto de pesquisa. Tais informações eram registradas e reunidas em um “dossiê de pré-campo”.²⁶ Apesar de traçar um planejamento inicial para a pesquisa, o pré-campo mostrava-se provisório e sujeito a alterações de acordo com as dinâmicas próprias do trabalho de campo e imprevistos inerentes à prática etnográfica.

O “trabalho de campo” é a segunda etapa, central, do protocolo da pesquisa coletiva. Apesar de os princípios norteadores serem os mesmos de uma etnografia em moldes acadêmicos - a perspectiva *de perto e de dentro* (Magnani, 2002) -, surgem novos desafios, questões e especificidades ao reunir

²⁵ Eixos temáticos: a) características das unidades (arquitetura, programação, públicos e fluxos de frequentadores); b) a relação do SESC com os contextos urbanos em que as unidades estão inseridas; c) percepções sobre os discursos da instituição; d) as táticas (usos não previstos) dos frequentadores frente às regras estabelecidas pelas unidades; e) marcadores sociais da diferença (classe, raça, geração, gênero, necessidades especiais); por fim: f) o lugar do SESC nos arranjos cotidianos dos frequentadores.

²⁶ O dossiê procurava abarcar os seguintes dados sobre cada SESC: informações básicas sobre a unidade; breve histórico; espaço físico; acesso; entorno da unidade; programação da semana; mapeamento das redes sociais; mapeamento de referências sobre a unidade (bibliografia, reportagens, estudos etc.) e dados quantitativos de perfil do público.

vários pesquisadores em campo simultaneamente. No caso da pesquisa coletiva, cada olhar, quando colocado em relação a outros, ajuda a compor uma multiplicidade de perspectivas que se estimulam e complementam mutuamente, por isso, são fundamentais as constantes trocas durante o trabalho de campo.

Na pesquisa sobre o Sesc, reproduzindo um dos preceitos clássicos da prática etnográfica, a “observação participante”, pesquisadores e pesquisadoras, munidos de seus cadernos de campo, participaram ativamente do cotidiano e das atividades oferecidas nas unidades, frequentando todos os espaços de cada unidade: comedorias, exposições, auditórios, quadras, piscinas, espaços de brincar etc..²⁷ Além de dialogar com frequentadores habituais e funcionários que elaboravam e executavam as atrações e serviços oferecidos pela instituição, a equipe de pesquisadores também se atentou para o que ocorria fora da programação, observando as práticas e os usos do equipamento muitas vezes não previstos pelo Sesc, entre tantos outros e se deparar com um amplo conjunto de ideias, expressões e práticas sociais que indicassem as diferentes formas de ocupar cada unidade, bem como as expectativas, lógicas e experiências de frequentadores diversos. O manejo das regras da instituição também apareceu de forma clara quando foram observadas as diversas estratégias mobilizadas por frequentadores e funcionários para lidar com o conjunto de normas que organizaria o convívio de todos ali.²⁸

Na última etapa do protocolo de pesquisa, o “pós-campo”, os pesquisadores buscam compreender os diversos significados que são mobilizados pelos atores sociais, à procura de regularidades e singularidades que permitam a interpretação do contexto estudado. Assim como nas etapas anteriores, o pós-campo também assume contornos específicos por se tratar de uma etnografia coletiva, tanto pelo caráter compartilhado da produção das interpretações quanto pelo volume de informações produzidas pela equipe e as estratégias adotadas para lidar com esses dados. Essa etapa é composta por três momentos: a escrita de relatos de campo (as primeiras versões já escritas durante o período de campo), a codificação desses relatos e a produção do relatório.

Assim como na etnografia clássica, durante o trabalho de campo, os pesquisadores fazem suas anotações no caderno de campo, posteriormente reescritas e transformadas em relatos de campo, cuja finalidade é registrar e começar a interpretar os acontecimentos vivenciados pelo pesquisador durante

²⁷ Em conversas com idosas que realizavam a atividade de hidroginástica, por exemplo, foi possível notar o estabelecimento de um ambiente de paquera entre pessoas da terceira idade, bem como de trocas e vendas (“clandestinas”, nos banheiros) de objetos voltados a este público. Também no convívio com pessoas dessa faixa etária, foram ouvidas expressões como “o Sesc é um bom lugar para morrer”, que remetiam à importância daquele local na vida muitas vezes solitária de tais frequentadores.

²⁸ O caso do funcionário que levou a bolsa abandonada por um frequentador diretamente ao setor de achados e perdidos, em vez de avisá-lo sobre o item esquecido para que este “aprendesse” e não cometesse o erro novamente, é bastante ilustrativo desses jogos que se faziam com as regras explícitas e implícitas. A frustração de muitos frequentadores do Sesc com a mudança das normas para uso das piscinas, tornando seu acesso mais restrito, foi também um tema importante.

o período da pesquisa. Contudo, por ser uma pesquisa coletiva, as impressões iniciais dos pesquisadores são também objeto de discussão, tanto informalmente, durante o campo, como em reuniões de equipe formais.

Finalizado o período de observações em cada unidade do Sesc, a equipe realizava uma reunião para que os pesquisadores compartilhassem e refletissem a respeito dos principais “achados de campo”. Tais reflexões serviam também de insumo para os relatos, sendo incorporadas, sempre que pertinentes, na escrita do pesquisador. Apesar de terem sido produzidos de forma individual — cada pesquisador apresentava um relato para cada dia em campo —, os textos depois eram compartilhados com toda a equipe. A diversidade de olhares, que se apresentou tanto pelas situações presenciadas e observadas quanto por esses diferentes posicionamentos de cada pesquisador, permitiu que o conjunto de relatos produzidos abarcasse as vivências cotidianas de cada unidade e ampliasse o horizonte da análise. Por isso, o conjunto dos relatos foi tomado como um *corpus* de textos que se conectam e perfazem a totalidade das observações realizadas em campo.²⁹ Dessa forma, a etnografia coletiva, que faz uso de múltiplos olhares, em um período curto de permanência em campo, pôde abranger dimensões mais amplas, pois estabeleceu essa rede textual através dos relatos produzidos pela equipe.

Um dos desafios de uma pesquisa etnográfica do porte dessa aplicada no Sesc é analisar um conjunto muito grande de relatos produzidos pela equipe. Na primeira etapa de pesquisa, com diversos pesquisadores em campo, trabalhando durante uma semana em cada uma das unidades selecionadas para a pesquisa, foram produzidas cerca de duas mil páginas de relatos. Fez-se necessária, então, a adoção de recursos informatizados para a organização e indexação das informações contidas nos relatos etnográficos.³⁰ O *software* foi uma importante ferramenta para o processo de análise coletivo, na medida em que a formulação e aplicação das categorias analíticas foi realizada de forma compartilhada por todos os pesquisadores.³¹ Esse exercício permitiu identificar singularidades e recorrências, assim como mapear os significados dados pelos frequentadores e funcionários àquilo

²⁹ Os trechos dos relatos de cada pesquisador foram considerados elementos de construção daquilo que Clifford Geertz (2008) define como uma “análise microscópica”, aquela que se aprofunda em detalhes e circunstâncias, para deles tirar resultados progressivamente mais abrangentes, que possam ser articulados com mais unidades de sentido recolhidas em contextos diferentes.

³⁰ Para esse fim, optou-se pela aplicação de um software do tipo CAQDAS — Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software (Programa de Assistência Computadorizada para a Análise de Dados Qualitativos), que permite a gestão e análise de grandes quantidades de dados qualitativos sem alterar as características de uma pesquisa de cunho etnográfico.

³¹ A partir dos eixos temáticos estabelecidos na etapa piloto e que orientaram a observação em campo ao longo de toda a pesquisa, foi derivado um conjunto de categorias de classificação que compuseram a “árvore de códigos” utilizada para indexar os relatos no software. A árvore contou com 25 códigos, além de subcódigos, que permitiram agrupar trechos de relatos de campo, episódios e falas de atores sociais em torno de categorias comparáveis e correlacionáveis. Foi também elaborado um dicionário que garantisse que a aplicação dos códigos fosse coerente, reduzindo a margem de subjetividade de cada pesquisador responsável pela codificação. Os relatos foram lidos pelos pesquisadores e os trechos foram selecionados de acordo com as recorrências dos temas e suas implicações para os objetivos da pesquisa.

que fazem e vivem no Sesc. Dentre essas regularidades destacaram-se temas como a relação da instituição com a cidade; a importância de alguns marcadores sociais da diferença, em especial a questão geracional; as relações de pertencimento e acolhimento presentes nas unidades; e o lugar que o Sesc ocupa nas rotinas dos frequentadores e a multiplicidade de formas de habitar a instituição.

Os resultados e reflexões foram compartilhados com as equipes de funcionários e público através de um ciclo de palestras organizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc e provocaram atualizações na organização interna da instituição e de sua programação.³² Além de atender a principal demanda colocada à pesquisa, os resultados geraram alguns produtos textuais.³³ Por fim, o protocolo para etnografias coletivas, outro importante desdobramento da pesquisa no Sesc, foi replicado e adaptado para outros projetos, contextos e interesses, que serão abordados a seguir.

Etnografia sobre os danos aos bens imateriais na Bacia do Rio Doce

Em 2018, uma equipe de nove pesquisadores vinculados ao LabNAU foi contratada³⁴ para fazer o levantamento dos danos aos bens imateriais nas localidades atingidas pelo desastre socioambiental decorrente do rompimento de uma barragem de rejeitos sob responsabilidade da Samarco Minerações S/A. O evento ocorreu em novembro de 2015 e despejou uma quantidade gigantesca de rejeitos no rio Doce, desde Mariana (MG) até chegar à foz, em Regência, no litoral capixaba. Além das inúmeras perdas materiais e ambientais, a tragédia humana decorrente do desastre também teve uma série de desdobramentos, dentre eles os danos causados ao patrimônio cultural imaterial das populações atingidas.

A pesquisa, realizada para o “Projeto de avaliação de impacto aos bens arqueológicos e culturais decorrentes do desastre ocorrido por ocasião do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais”, tinha como desafio articular, a partir de uma perspectiva antropológica, a noção de patrimônio, como definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

³² Foram determinantes, por exemplo, para pensar e reformular o programa SESC Verão, iniciativa que ocorre anualmente entre os meses de janeiro e março e visa sensibilizar a comunidade para a importância do esporte e das atividades físicas. Por conta de o programa coincidir com o período de férias escolares, as atividades propostas eram frequentadas principalmente por crianças e seus familiares.

³³ Como a publicação da coletânea “Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica” (Magnani; Spaggiari, 2018), inspirada pelas reflexões sobre lazer e tempo livre da pesquisa, conta com um capítulo dedicado aos resultados dessa pesquisa.

³⁴ O convite partiu da Zanettini Arqueologia, empresa especializada em gestão de recursos arqueológicos, históricos e culturais, que, por sua vez, foi contratada pela LACTEC – Pesquisas Tecnológicas por solicitação do Ministério Público Federal. A equipe antropológica foi composta por: Enrico Spaggiari, José Agnello Alves Dias de Andrade, José Guilherme Cantor Magnani, Leslie Lopes Sandes, Mariana Hangai Vaz Guimarães Nogueira, Mariana Luiza Fiocco Machini, Michel de Paula Soares, Rodrigo Valentim Chiquetto e Yuri Bassichetto Tambucci.

(IPHAN),³⁵ com as categorias e o linguajar próprio das ciências jurídicas. A pesquisa tinha que embasar a argumentação do Ministério Público Federal na ação contra a empresa responsável pelo desastre, o que exigiu um refinamento dos instrumentos metodológicos da etnografia para responder a questões do universo jurídico.

Era preciso levantar evidências que subsidiassem diagnósticos acerca dos danos aos bens culturais imateriais e municiassem possíveis medidas judiciais de ressarcimento. Seria necessário coletar dados e informações para verificar as alterações nas práticas culturais e modos de vida das populações afetadas, identificar os danos pela visão dos agentes e grupos locais e, finalmente, dimensionar as implicações do desastre ao patrimônio cultural imaterial para efeitos de compensação. Mas como dimensionar a impossibilidade de realizar a Festa do Divino ou a Folia de Reis — que não se resumem ao dia da celebração, pois são preparadas ao longo do ano com procissões, visitas aos domicílios dos devotos para as rezas e recolha de doações? Portanto, havia uma estreita relação entre o dano ao bem material — a destruição ou interdição de uma igreja, por exemplo — e a impossibilidade de realizar as celebrações tradicionais, o que colocava a necessidade de um diálogo com profissionais de outras áreas.³⁶

Ao longo da pesquisa, inúmeros desafios se colocaram: percorrer, em cerca de dois meses e meio, mais de 600 km do Rio Doce, passando por 27 municípios e 59 localidades — centros urbanos, comunidades rurais, vilas de pescadores — afetadas em seu modo de vida tradicional dada a impossibilidade de manter, em parte ou em sua totalidade, as relações de vizinhança, rituais coletivos, celebrações tradicionais, formas e locais de convívio. Esse contexto de investigação estava permeado por um emaranhado de conflitos, tensões e negociações que reunia atores sociais extremamente desgastados, fragilizados e por isso mesmo desconfiados com a presença externa de pesquisadores, agentes do poder público e judiciário.

Diante da complexidade e magnitude dessa tarefa e o curto tempo estabelecido, o protocolo de etnografia coletiva, elaborado ao longo da pesquisa sobre o Sesc-SP, teve que ser então ajustado aos novos contextos e demandas: seleção de bens e planejamento de campo; construção de novos instrumentais de observação e registro; coleta de dados e informações; organização de dados de campo; análise final dos dados. Diversas técnicas de pesquisa relacionadas ao *métier* antropológico — observação direta, registros escritos, entrevistas em profundidade, reuniões, registro fotográfico

³⁵ A definição engloba: celebrações (festas de caráter comemorativo e extraordinárias em relação à vida cotidiana), formas de expressão (manifestações e performances culturais), lugares (territórios de referência para as práticas culturais) e ofícios, saberes e modos de fazer (técnicas e conhecimentos tradicionais e locais).

³⁶ Cabe ressaltar que os antropólogos estavam em contato com os demais integrantes do projeto — arquitetos, arqueólogos — para quem os danos eram mais que evidentes: o desastre atingiu edificações, igrejas, capelas e cobriu de lama sítios arqueológicos.

— serviram de referência para o trabalho de campo e coleta de dados, mas precisaram ser adaptadas às necessidades da demanda do Ministério Público, o que levou à elaboração de *instrumentais* que pudessem ser utilizados como provas e subsidiar a argumentação jurídica.³⁷

Foi organizada uma etapa piloto, com uma semana de duração, realizada em agosto de 2018, no formato de uma *expedição etnográfica*, com o objetivo de pôr à prova e readequar as estratégias, procedimentos e ferramentas metodológicas escolhidas de acordo com as condições encontradas em campo. A Expedição Rio Doce, como foi denominada, reuniu pesquisadores das várias equipes — antropólogos, arquitetos, arqueólogos — e percorreu toda a região impactada pelo rompimento da barragem de rejeitos, começando pelo final, em Linhares (ES), em direção ao distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG).

Esse exercício, de caráter exploratório para uma primeira aproximação com os territórios e bens selecionados, propiciou uma visão panorâmica e multidisciplinar sobre o patrimônio material e imaterial, bem como sobre a desestruturação de “modos de vida” da área impactada, além de alinhar as perspectivas e métodos das diversas equipes para o restante do trabalho de campo, com a validação das novas estratégias e instrumentais da abordagem etnográfica. Paralelamente, as observações também ofereceram um primeiro conjunto de pistas e eixos temáticos que contribuiu para sistematizar as etapas seguintes nos territórios delineados, inclusive otimizar os deslocamentos em campo e o levantamento das informações.

A expedição foi o ponto de partida da pesquisa estruturada por três períodos de trabalho de campo,³⁸ cada um deles voltado a um trecho do território pesquisado: o primeiro território na região de Mariana (MG), diretamente afetada pelo desastre; o segundo abrange o médio rio Doce, de Ipatinga a Resplendor; por fim, os municípios do Espírito Santo, de Baixo Guandu à foz do Rio Doce no litoral capixaba.³⁹

³⁷ A equipe desenvolveu três instrumentais para preenchimento dos dados levantados durante o trabalho de campo: o instrumental de bem, que era utilizado quando se recebiam informações relacionadas aos bens imateriais inventariados e possíveis novos bens; o instrumental de localidade, que permitia a anotação de informações referentes ao território que não estavam relacionadas a um bem específico; e o instrumental de instituição, utilizado para as ocasiões em que eram realizadas incursões a campo formais em instituições como prefeituras e secretarias. Além de cumprirem a função do tradicional caderno de campo, os instrumentais também serviam como roteiros, estruturados a partir de documentos do IPHAN (2013) sobre patrimônio, que norteavam o olhar da equipe em campo. Esses instrumentais traziam ainda informações essenciais para o processo jurídico, como os pesquisadores responsáveis pelos dados, o ponto de GPS do bem ou da localidade visitados, data e hora que as informações foram coletadas, arquivos de fotos e gravações e, por fim, dados dos interlocutores (nome completo e RG, assinatura do termo de consentimento).

³⁸ Foram realizadas quatro idas a campo, com 56 dias de trabalho de campo, ao longo de quatro meses. A equipe era composta por quatro pesquisadores trabalhando com dedicação integral em campo, além de mais três pesquisadores responsáveis por sistematizar e analisar os dados coletados pela equipe de campo.

³⁹ Como pré-campo, para cada um desses territórios foi realizada uma pesquisa preliminar sobre o histórico de cada município e os relatos de danos em cada um desses contextos, bem como um levantamento dos bens culturais listados previamente, com destaque para os imateriais e aqueles localizados em comunidades à margem do rio e que, portanto, teriam sofrido mais diretamente as consequências do desastre. Com base nestes parâmetros, foram delimitadas as

Ao longo do trabalho de campo, os pesquisadores entraram em contato com uma série de interlocutores — principalmente aqueles com conhecimento das práticas culturais e modos de vida locais —, com os quais travaram conversas acerca do desastre, das transformações nas dinâmicas das localidades, dos danos provocados aos bens culturais e das consequências nos modos de vida da população local.⁴⁰ Além da coleta de relatos dos moradores e de atores institucionais, os pesquisadores também fizeram registros fotográficos e acumularam outros tipos de materiais, como fotografias antigas, recortes de jornal, panfletos, entre outros.

As informações coletadas nos instrumentais e as reflexões coletivas foram reelaboradas e transpostas para *fichas de bens e localidades*,⁴¹ constituídas como evidências etnográficas para subsidiar os diagnósticos dos bens imateriais afetados pelo desastre. Assim como o instrumental se assemelha ao caderno de campo, as fichas, no caso dessa pesquisa, substituíram o tradicional relato de campo, apresentando os dados de forma mais estruturada, além de trazer alguns elementos analíticos em sua escrita. Cada ficha era uma construção textual que não somente narrava fatos mas, antes de tudo, buscava interpretar e tornar inteligíveis os sentidos dados pelos interlocutores àquilo que fazem ou dizem cotidianamente.

A organização dos dados coletados em fichas de bem e localidade, cuja totalidade reunia um *corpus* significativo de informações acerca dos danos sofridos pelos bens culturais imateriais, subsidiou a etapa seguinte de aprofundamento da análise desses dados, apontando para recorrências, regularidades e linhas interpretativas.⁴² A partir da multiplicidade de percepções acerca dos danos, a pesquisa buscou produzir um texto interpretativo que atendesse às demandas e objetivos do estudo. Para o relatório final foram elaboradas narrativas etnográficas devidamente sistematizadas e articuladas com o intuito de compor o documento a ser acionado como base e referência para a argumentação jurídica no processo decisório. Nesse processo, os dados etnográficos foram reelaborados em forma de argumentos e critérios objetivos de classificação com vistas a orientar a atuação de profissionais de outras áreas e saberes aplicados fora do mundo acadêmico.⁴³

localidades visitadas, inclusive com o estabelecimento de contatos prévios com interlocutores institucionais nos municípios contemplados pela pesquisa, e cronogramas para cada um dos períodos em campo.

⁴⁰ Ressalte-se que durante essas interações os interlocutores sempre eram informados dos objetivos da pesquisa e convidados a assinar um termo de livre consentimento e autorização de uso de imagem, depoimentos e voz.

⁴¹ Na ficha de localidade as informações eram organizadas em tópicos: descrição da localidade; histórias sobre a relação com o rio; descrição sintética do desastre; histórias relacionadas ao desastre e suas consequências. Já a ficha de bem era organizada em: resumo das informações do bem; descrição geral e analítica; e apontamentos sobre os danos sofridos. Em ambos os documentos também eram apresentados os dados dos interlocutores e os termos de consentimento, os pontos de GPS das informações coletadas e arquivos de imagem.

⁴² Primeiro, foi realizado um panorama de cada município a partir de narrativas sobre os danos sofridos em cada localidade. Em seguida, os bens foram descritos com foco em suas condições pretéritas ao desastre e na relevância para a população local. Por fim, foram elaboradas as narrativas etnográficas em paralelo à identificação dos danos aos bens com base na Matriz de Danos.

⁴³ O relatório final (INSTITUTOS LACTEC, 2020) foi tornado público e pode ser acessado online:

Tais narrativas não tinham como objetivo reconstruir toda a complexidade dos bens afetados, tampouco se limitavam a reproduzir uma única percepção sobre danos. São construções textuais que englobam múltiplas versões sobre um mesmo fato ou evento, podendo inclusive apresentar divergências dentro do próprio grupo. Construídas a partir dos pontos de vista dos interlocutores, as narrativas etnográficas visavam, sobretudo, subsidiar as próximas etapas do projeto, voltadas à mensuração e valoração econômica dos danos causados, bem como a adoção de medidas administrativas e jurídicas para minimizar e indenizar os danos sofridos.

Portanto, o fortalecimento da prática antropológica para a agenda de pesquisa em contextos de desastre pode contribuir para a compreensão dos modos como os afetados respondem e lidam com o processo de reconstrução e recuperação frente aos impactos sociais e culturais de curto, médio e longo prazo. Neste quadro, a Antropologia pode e tem o dever de propor a construção de formas de ação e estabelecimento de arranjos institucionais que superem uma lógica apenas reativa de mitigação e compensação monetária, atualmente observadas em medidas reparatórias acionadas diante das alterações drásticas a que foram submetidos os modos de vida das populações locais e dos danos causados aos bens culturais imateriais.

Ensino e formação etnográfica nos CEUs

Para além de seus resultados, as duas pesquisas anteriores apresentaram também, de alguma forma, a importância de compartilhar o conhecimento antropológico e os procedimentos metodológicos para um público mais amplo, vinculado a outras áreas de atuação e pouco familiarizado com os métodos da Antropologia. Esse foi o principal desafio do projeto, relatado a seguir, realizado a partir de uma solicitação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que consistiu em uma consultoria⁴⁴ para treinamento de profissionais dos 46 CEUs - Centros Educacionais Unificados⁴⁵ da capital paulista.

O projeto “CEU, Memórias e Ação” foi idealizado visando potencializar estes equipamentos como espaços integradores e integrados ao território urbano, através do resgate e organização das

<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/tomo-v-patrimonio-cultural-bens-imateriais.pdf>

⁴⁴ O processo de formação etnográfica foi realizado em 46 CEUs do município de São Paulo entre 2018 e 2020 por: Ana Letícia de Fiori, Enrico Spaggiari, Leslie Lopes Sandes, Mariana Hangai, Rodrigo Chiquetto e Yuri Bassichetto Tambuci, sob a coordenação de José Guilherme Cantor Magnani.

⁴⁵ Os Centros Educacionais Unificados foram implementados na cidade de São Paulo a partir do ano de 2003, durante a gestão da então prefeita, Marta Suplicy (2001-2004), com o objetivo de levar para a periferia da cidade, marcada pelas carências, um equipamento inovador, de qualidade. Tendo como justificativa inicial o projeto pedagógico desenvolvido por Paulo Freire na gestão Luiza Erundina em São Paulo (1989-1992), a chamada “cidade educadora”, os CEUs são dotados — além dos elementos habituais de uma escola — de anfiteatro, ateliês, biblioteca, quadra de esportes, piscina, assegurando assim o acesso ao conhecimento de diversas linguagens artísticas, ao esporte, à recreação, ao lazer.

memórias de cada unidade e do entorno no qual estão inseridos, além de firmar a função destes equipamentos como guardiões e promotores das histórias dos bairros em que se localizam. Uma das diretrizes era realizá-lo de forma coletiva, articulando todos os atores envolvidos (crianças, jovens, idosos, estudantes, professores e funcionários), para se afastar de uma narrativa apenas institucional dos CEUs, trazendo outras perspectivas que reconhecessem e valorizassem a participação da comunidade na história de cada equipamento.

Assim, as atividades de formação dos participantes foram dedicadas ao processo de sensibilização para o olhar etnográfico, de modo que os próprios gestores, funcionários, professores e estudantes pudessem inserir esta metodologia em seus procedimentos de coleta e análise de dados. O modelo adotado, com base em pequenos grupos formados por integrantes de cada unidade, previa o contato entre eles e outros atores do entorno como artistas locais, coletivos culturais, moradores ou visitantes de regiões mais distantes que incluía conversas, caminhadas conjuntas, observação e participação em atividades comuns. Realizado ao longo de um dia, o processo de formação foi dividido em três etapas: *workshop* teórico-metodológico de pesquisa etnográfica durante a manhã;⁴⁶ *caminhada etnográfica*⁴⁷ no entorno da unidade no período vespertino; e debate em grupo, ao final do exercício, sobre o que fora visto em campo.

Todas as caminhadas adotaram a estratégia metodológica — e também didática neste caso — de colocar vários pesquisadores em campo, compartilhando olhares e relatos em um período mais curto de tempo, imersos na dinâmica dos entornos das unidades, onde eram estabelecidos contatos com moradores do bairro e outros atores sociais que vivenciam as rotinas da instituição para apreender alguns dos muitos pontos de vista sobre o que é feito, vivenciado e praticado cotidianamente nos CEUs. O ato de caminhar atentos ao cotidiano local suscitava diversas lembranças aos participantes da oficina, especialmente aqueles mais antigos no bairro, inclusive funcionários da instituição, que muitas vezes atuaram como guias locais dentro e no entorno dos CEUs, engajando-se no processo de formação etnográfica. Ao longo do trajeto delineado, em meio a histórias de longa duração sobre o processo de urbanização do distrito, pequenas memórias

⁴⁶ Como parte da preparação para o treinamento, a equipe de antropólogos elaborou um breve dossiê sobre cada equipamento, com referências e informações básicas, tais como principais características do entorno, disposição dos equipamentos nos bairros, formas de acesso e detalhes sobre seu espaço físico. O mapeamento prévio foi fundamental para a aplicação da metodologia do processo de formação de acordo com as características de cada unidade, ampliando as potencialidades da prática etnográfica durante o período relativamente curto de permanência na unidade.

⁴⁷ A caminhada etnográfica por sua vez consiste em realizar um percurso, em determinado território, delimitado de antemão, a partir de um mapeamento prévio do local e trajetos que serão realizados — nunca deixando de se considerar que ambos podem ser alterados a depender dos acontecimentos imprevistos ocorridos em campo. Na caminhada, o olhar, em geral, está muito atento ao cenário, à paisagem, e à relação dos diferentes atores com aquele ambiente. Não há muito tempo para longas conversas e entrevistas, o que deve levar os pesquisadores a atentar principalmente para as pistas que, posteriormente, caso essa experiência se desdobre em uma pesquisa mais estruturada, poderão ser perseguidas e analisadas com mais cuidado.

despontavam e geravam interessantes reflexões sobre grandes mudanças ou permanências.

A caminhada etnográfica conseguia demonstrar, de forma contundente, a força da relação entre ação e memória nas práticas e representações dos próprios funcionários dos CEUs, lideranças locais e antigos moradores dos bairros. Caminhando, descobrindo, deixando-se surpreender, ouvindo “causos”, acessando moradores reconhecidos na região, observando os trajetos de circulação costumeiros, ouvindo os sons dos bairros e trocando comentários, sem esquecer de registrar as observações no caderno de campo, em fotografias e outros instrumentos de pesquisa, captou-se a multiplicidade de narrativas, histórias e memórias que dão sentido às vidas ali transcorridas, suas motivações e expectativas:

Enquanto as moradoras narravam histórias de formação do bairro, professores e funcionários faziam anotações sobre a disparidade urbana do entorno, com casas mais antigas (grandes e consolidadas) e novas habitações ainda em processo de construção. Em alguns momentos, a equipe interagia com crianças e adultos, os quais reconheciam como estudantes e frequentadores do CEU. Ao mesmo tempo em que demonstravam conhecimento sobre o lugar de origem de seu público-alvo, eram surpreendidos, a todo momento, pela densidade de usos do espaço e formas criativas de comércio da população local, o que revelava o dinamismo de uma área residencial repleta de igrejas evangélicas, salões de cabeleireiro e pequenos estabelecimentos comerciais, alguns deles sediados nas próprias casas dos moradores. Como notou uma das participantes, muitas residências têm plaquinhas indicando a oferta de algum tipo de serviço ou comércio, desde costura até venda de “geladinhos”. (Trecho de relato de campo, CEU Parque Veredas, 2020)

A caminhada seguiu até um local muito importante no bairro e para a história de vida pessoal de vários dos participantes. A EMEI Rodrigo Soares Júnior foi apresentada por quem participava da caminhada: para uma, se tratava do resultado de uma grande conquista de luta social, a primeira EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) da região; para outra, trata-se do local onde passou grande parte da sua vida, participando de sua construção, trabalhando durante grande parte de sua vida profissional no local e tendo se aposentado ali; outra participante, ex-professora e ex-diretora da EMEI, encontrou amigos e antigos colegas e fez questão de mostrar um mural com fotografias de memórias da EMEI. A ex-diretora encontrou uma professora atual que a reconheceu: foram professora e aluna, duas décadas atrás. O encontro a emocionou. (Trecho de relato de campo, CEU Quinta do Sol, 2020)

Após retornarem à unidade, os participantes se reuniam para conversar sobre a experiência vivenciada e trocar informações. Estes momentos foram importantes para sedimentar algumas das questões observadas ao longo do período vespertino, articulando-as com alguns dos eixos metodológicos e temáticos trabalhados na oficina realizada no período matutino. Além disso, foram espaços importantes para reforçar a necessidade dos participantes, munidos de suas anotações dos cadernos de campo, contribuírem com escritas de relatos de campo e outros materiais mesmo após a finalização do processo de formação. Última etapa do processo de formação, estes relatos foram produzidos seguindo um formato combinado previamente e com base nos cadernos de campo pessoais preenchidos na forma de impressões rápidas de cada um dos participantes. Os relatos de campo viriam a compor os *livros de memórias*, um dos subprodutos do projeto, resultado desse longo

e intenso processo de formação, com os registros de cada CEU.

Ainda que não fosse o objetivo da consultoria, a experiência de conhecer o conjunto dos CEUs do município e seus entornos permitiu que a equipe de antropólogos e antropólogas, para além dos resultados relacionados ao processo de formação etnográfica, tecesse suas próprias reflexões. Não se tratava de uma etnografia coletiva como as pesquisas descritas anteriormente neste artigo, porém diversos elementos observados durante as caminhadas permitiram identificar, comparativamente, algumas diferenças entre os equipamentos e também a relação entre discursos e práticas cotidianas. Assim, as experiências daqueles que ministraram os exercícios etnográficos subsidiaram o esforço analítico de sistematização e análise das informações e narrativas recolhidas.

O exercício de comparar as narrativas de memória dos 46 CEUs permitiu encontrar regularidades dentre as particularidades de cada equipamento e de cada bairro. Nesses relatos, o momento de chegada do CEU no território era central e articulava uma série de elementos: as lutas populares para reivindicar a vinda do equipamento para a comunidade, a escolha do terreno que o CEU iria ocupar e as negociações e tensões para sua implementação. Essas memórias, que abordavam também tempos e mudanças anteriores à construção dos equipamentos, trazem pistas de como a vida das pessoas se construiu nesses espaços.

Portanto, a experiência do processo de formação etnográfica junto às equipes das unidades participantes do projeto *CEU, Memórias e Ação* revelou que os CEUs podem ser tomados como importantes centros de produção de memórias. Mas, além de recuperar lembranças de décadas passadas de um território que fez a transição de um ambiente rural para urbano, os CEUs desvelam uma cidade que continua a se refazer nas paisagens periféricas. Por ser, muitas vezes, o único grande equipamento público existente nos bairros em que são construídos, os CEUs se mantêm no tempo enquanto a paisagem urbana ao seu redor se transforma. São observatórios privilegiados das dinâmicas urbanas, do passado e do presente de seus bairros, o que possibilita uma compreensão mais profunda sobre os locais nos quais estão inseridos e de seu próprio papel nestes locais.

Além disso, o processo de treinamento e formação em pesquisa etnográfica nos CEUs, bem como as análises daí resultantes, permitiram ampliar o campo de reflexão teórico-metodológico sobre prática e ensino de etnografia em novos contextos e situações. A sensibilização para o olhar etnográfico, dimensão singular deste experimento, sintetiza duas facetas de um fazer antropológico que pode aliar produção de conhecimento e elaboração de respostas a demandas institucionais, sociais e políticas.

Considerações finais

Ainda que não haja uma forma única de realizar pesquisas etnográficas coletivas, é possível entender que existem oportunidades e que nascem justamente do contraste com a etnografia clássica e individual. Ainda que ambas necessitem guiar-se por um mesmo rigor teórico e analítico, os caminhos para alcançar isso são diferentes. Nesse modelo que rompe com a figura clássica do pesquisador solitário, o trabalho em equipe surge como estratégia metodológica para dar conta da complexidade dos contextos investigados — especialmente quando há limites de tempo, demandas institucionais específicas ou envolvimento direto com disputas políticas.

A diversidade de olhares e a escrita articulada de relatos permitem abarcar nuances e regularidades que escapariam a uma única perspectiva. O coletivo de pesquisadores deve se aproveitar da multiplicidade de seus pontos de vista e construir um procedimento próprio - específico tanto ao contexto político e teórico do que é estudado quanto aos pesquisadores em si, sua formação, trajetória profissional e individualidade. O desafio passa a ser a articulação e colaboratividade de um fazer etnográfico que -se é sempre dialógico com os interlocutores da pesquisa - também precisa ser entre pesquisadores. Além de método, a etnografia coletiva é também uma postura ética e política frente à produção de conhecimento: ela aposta na interlocução, no engajamento crítico e na construção partilhada de diagnósticos e interpretações.

Diante da ampliação e diversificação de temas, abordagens e públicos, que dinamizam e atualizam a Antropologia, as pesquisas e experimentos metodológicos abordados neste artigo levantam questões importantes para refletir sobre as expectativas, efeitos e controvérsias de uma Antropologia *extramuros* e do ofício antropológico de modo geral. São iniciativas que, sem abrir mão do rigor conceitual e metodológico que fundamentam a prática científica, promovem uma reflexão sobre a produção de um conhecimento híbrido: em novos contextos, sob outras condições de pesquisa e com as devidas mediações interpretativas, mas sempre a partir da postura crítica que, segundo Simoni Guedes (2010), acompanha o fazer antropológico:

(...) talvez nenhuma outra área do conhecimento esteja tão instrumentalizada a fazer intervenções sociais de todos os tipos e, no entanto, é igualmente verdadeiro que nenhum outro campo do saber reflete tanto sobre o limite de seu ofício e se sente tão desconfortável e crítico com suas próprias práticas — interventoras ou não — quanto a antropologia. (Guedes, 2010: 88)

A própria disciplina precisa estar sujeita a atualizações e reposicionamentos para analisar novos contextos e cenários em constante transformação. Algumas paisagens etnográficas, que escapam à

expertise acadêmica, podem oferecer interessantes contribuições para ampliar o conhecimento sobre certos modos de vida e formas de organização nas sociedades contemporâneas.

Para isso, é necessário um fazer antropológico lapidado na interlocução e compromisso com outros agentes que também estão inseridos no centro do debate público. A construção reflexiva de diálogos com grupos e sujeitos das pesquisas, seja na prática realizada dentro ou fora da academia, é condição para a produção de um conhecimento que é, ele mesmo, tecido num conjunto de saberes, relações, interesses e intencionalidades. Discussão que apareceu com força na pesquisa sobre os danos aos bens imateriais na bacia do Rio Doce, onde os conflitos e disputas eram elementos constitutivos do contexto de produção da pesquisa e não podiam ser minimizados ou subtraídos.

Há, portanto, uma dimensão política do fazer antropológico no Brasil, marcada por compromissos, responsabilidades e engajamentos que, por vezes, ultrapassam os espaços da prática científica. Antropólogos e antropólogas são, muitas vezes, convocados para debates sobre problemas sociais brasileiros e assim contribuir na elaboração de políticas públicas no país para as chamadas “minorias”: indígenas, quilombolas, camponeses, sem-terra, moradores de rua, segmento LGBTQIA+ etc.

A produção antropológica brasileira tem enfrentado muitos desafios diante de um contexto sociopolítico conservador, marcado por incertezas, rupturas e retrocessos em várias frentes, inclusive no que se refere à ciência e tecnologia. Em um cenário imprevisível que dificulta especulações sobre o futuro da disciplina, pode-se projetar, face às adversidades e dilemas que se apresentam, um fazer antropológico que enfrentará uma conjuntura acadêmica com cortes orçamentários e redução do financiamento às atividades de pesquisa. Desafios que impactam a inserção profissional de antropólogos e antropólogas em um mercado de trabalho ainda muito circunscrito para uma disciplina carente de regulamentação da profissionalização ou mesmo de reconhecimento formal como profissão.

Por isso, deve-se problematizar a produção desses profissionais, visto que o ofício extramuros ainda é pouco contemplado pelas estruturas curriculares, que enfatizam uma formação para o trabalho acadêmico, como já tinha avaliado Guedes (2010: 88), ao apontar que “em geral, formamos mal nossos antropólogos para as demandas do mercado (...)”. Além dos conteúdos teóricos e temáticos, tradicionais nos currículos universitários, a formação deveria passar também por disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa que qualifiquem profissionais a realizarem boas etnografias, sejam elas acadêmicas ou extramuros. Nesse contexto formativo, é imprescindível refletir sobre o compromisso ético no ofício antropológico, dentro e fora da academia, que ganha ainda mais relevância frente aos complexos processos políticos que envolvem muitos dos temas

pesquisados pela Antropologia contemporânea, inclusive no que se refere ao envolvimento com setores das elites, instituições, grupos ou classes politicamente dominantes.⁴⁸

Esta e outras questões, que permeiam os processos e protocolos das pesquisas coletivas apresentadas ao longo deste artigo, reforçam a importância de refletir sobre as diversas formas de fazer antropológico em um cenário profissional em constante transformação. Essas iniciativas também podem suscitar avanços teórico-metodológicos, refinar repertórios e atualizar antigos procedimentos. Portanto, a realização de experimentos como estes, que ampliam as iniciativas de grupos e núcleos sediados nas universidades, pode estimular o desenvolvimento de novas pesquisas e a construção de pontes entre diferentes experiências de atuação, superando uma dicotomia, apenas aparente e sem fronteiras rígidas, que separa trajetórias acadêmicas daquelas trilhadas nos espaços extramuros.

⁴⁸ Antropólogos e antropólogas têm atuado como consultores e assessores em obras de desenvolvimento, principalmente com estudos e avaliações de impactos ambientais e sociais em ações da administração pública, muitas das quais têm provocado violências em territórios de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e populações realocadas. O envolvimento em processos de licenciamento ambiental de obras como usinas hidrelétricas, construção de rodovias levanta inúmeros dilemas epistemológicos e éticos. Ver, a propósito, Zhou e Oliveira (2013) e, para mais informações sobre o Código de Ética na Antropologia, acessar <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>.

Referências

- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 1ª. reimpresão, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.
- CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil: 1930 – 1960*, testemunhos. São Paulo, Vértice; Campinas, Ed. Unicamp, 1987.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (org.). *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. São Paulo, Paz e Terra, 1986. p. 17-37.
- ERIKSEN, Thomas H.; NIELSEN, Finn S.. *História da Antropologia*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GUEDES, Simoni Lahud. A prática da antropologia e suas aplicações práticas: notas sobre ensino e pesquisa. In: GUEDES, Simoni Lahud; TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos (org.). *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil*. Brasília, Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 63-75.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.
- INSTITUTOS LACTEC (Brasil). *Diagnóstico Socioambiental dos Danos Decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e Região Costeira Adjacente*: tomo v. patrimônio cultural - bens imateriais. Curitiba: Lactec, 2020.
- LEIRIS, Michel. O etnógrafo perante o colonialismo. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). *Malhas que os Impérios Tecem*: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa, Edições 70, 2011. p. 199-218.
- MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca. (orgs.) *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo, Edusp, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n.49, p., 11-29, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme C. (org.) *Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo, Secretaria de Cultura do Município de São Paulo/Instituto Florestan Fernandes, 2004.
- MAGNANI, José Guilherme C. Santana de Parnaíba, memória e cotidiano. In: ABREU, Regina; CHAGAS, CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007. p. 283-323.
- MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme C.; MORGADO, Naira. Futebol de várzea também é patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 175-184, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme C.; SOUZA, Bruna Mantese de (orgs.) *Jovens na metrópole:*

etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo, Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, José Guilherme C.; SPAGGIARI, Enrico. (Orgs.). *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo, Edições Sesc, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrico; NOGUEIRA, Mariana Hangai Vaz Guimarães; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim; TAMBUCCI, Yuri Bassichetto. *Etnografias Urbanas: quando o campo é a cidade*. Petrópolis: Vozes, 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

PETSCHELIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. 2019. Tese (Doutorado em antropologia social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVA, Glaucia. (Org.). *Antropologia extramuros*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

TEIXEIRA, Carla Costa. *Egressos dos mestrados em Antropologia no Brasil (2004-2012)*. In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA, 2018.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ZHOURI Andréa; OLIVEIRA, Raquel. *Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Desafios da antropologia brasileira*. Brasília, ABA, 2013. p.75-108.